

CONTRATO ADMINISTRATIVO 003/2024.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2024 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0003/2024

O **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE DE CARMÉSIA- MG**, pessoa jurídica de direito público, situada na Praça Nossa Senhora do Carmo, nº **172**, Centro, Carmésia, Minas Gérias, CEP: 35.878-000, inscrita sob o nº do CNPJ 18.303.172/0001-08, neste ato representado por sua Representante Legal, Sr. **Carlos Siqueira Reis**, portadora do CPF sob o n.º **037.XXX.XXX-63**, a seguir denominado CONTRATANTE, e a **CASA DOS DESCARTAVEIS CARMO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, situada na Pc Alexandre de Mello, nº32, centro, cidade Carmo/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº **38.259.349/0001-15**, neste ato representada por Sr. **EDUARDO HARUO RIBEIRO KOBAYASHI**, inscrito no CPF n.º **099.XXX.XXX-29**, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei nº 14.133/21e demais legislações pertinentes, assim como pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - PRESSUPOSTOS JURÍDICO-ADMINISTRATIVOS

1.1. O presente contrato decorre de procedimento licitatório nº 001/2024, Dispensa n.º 001/2024, julgado em 26 de junho de 2024 e homologado em 28 de junho de 2024, regido pelo disposto na Lei nº 14.133/21 e demais legislações pertinentes.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 – O presente Contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MICROONDAS E LAVADORA DE ALTA PRESSÃO, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DO SAAE-CARMÉSIA/MG.**

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

ITEM	UNIDADE	QUANT	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	UNIDADE	01	MICROONDAS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: CAPACIDADE MÍNIMA: 30 LITROS, PAINEL ELETRÔNICO: POSSUI, TIMER, DESCONGELA ALIMENTOS, POTÊNCIA: 1.400W, SELO PROCEL (EFICIÊNCIA ENERGÉTICA): A, ACABAMENTO EM AÇO INOX, LUZ INTERNA: POSSUI, VOLTAGEM: BIVOLT. GARANTIA MÍNIMA 12 MESES. COM CERTIFICAÇÃO INMETRO.	R\$808,50	R\$808,50
02	UNIDADE	01	LAVADORA ALTA PRESSÃO 1200W 127V . ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: FERRAMENTA ÚTIL PARA A LIMPEZA DE SUPERFÍCIES	R\$550,00	R\$550,00

			<p>DIVERSAS, COMO PAREDES, PISOS E VEÍCULOS. COM SUA POTÊNCIA DE 1200W, ELA REMOVE FACILMENTE SUJEIRAS DIFÍCEIS. A LANÇA AJUSTÁVEL PERMITE CONTROLAR A INTENSIDADE DO JATO DE ÁGUA, ADEQUANDO-SE ÀS DIFERENTES NECESSIDADES DE LIMPEZA. CARACTERÍSTICAS: - POTÊNCIA NOMINAL: 1200 W; - PRESSÃO MÁXIMA: 9 MPA 1305 LB/POL; - PRESSÃO NOMINAL: 6 MPA 870 LB/POL. ESPECIFICAÇÕES: - LEVE E COMPACTA; - JATO D'ÁGUA AJUSTÁVEL; - MAIOR EFICIÊNCIA COM UM MENOR CONSUMO DE ÁGUA; - SISTEMA DE SEGURANÇA COM DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO; - DUPLA ISOLAÇÃO ELÉTRICA. ACESSÓRIOS INCLUSOS: - 01 MANGUEIRA; - 01 PISTOLA; - 01 RECIPIENTE PARA DETERGENTE.</p>		
--	--	--	--	--	--

3.1 Pelo fornecimento dos produtos à CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de **R\$1.358,50 (mil trezentos e cinquenta e oito reais e oitenta centavos)**.

3.2 O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços/fornecimento, e emissão da respectiva Nota Fiscal, entregue no Departamento compras do Autarquia;

3.3 O pagamento poderá ser feito de forma parcelada de acordo aprovação de execução pelo fiscal do contrato;

3.4 Para efeito de pagamento, a licitante vencedora encaminhará à Responsável pela contratação, objeto da presente licitação, a respectiva nota fiscal/fatura que deverá conter o valor unitário dos serviços prestados, conforme proposta ofertada. Juntamente deverá vir as Certidões Negativas Federal, Trabalhista e Previdenciária (CND Conjunta) e o Certificado de regularidade com o FGTS da empresa, ambas dentro de seu prazo de validade.

4 - CLÁUSULA QUARTA – VALIDADE (VIGÊNCIA)

4.1. O presente contrato terá validade de 12 meses, contados da data de sua assinatura e publicação no site Oficial do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE de Carmésia-MG ou do Município de Carmésia/MG.

5 - CLÁUSULA QUINTA - PREÇOS – DA REVISÃO DOS PREÇOS

5.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data de assinatura do mesmo.

5.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGM-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

5.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.4 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

5.5 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

5.6 O reajuste será realizado por apostilamento.

6 - CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

6.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária do orçamento vigente neste exercício financeiro de 2024 (Lei 0883/2022).

04.01.01.17.512.1501.1058.4.4.90.52.00
04.01.01.17.541.1801.1057.4.4.90.52.00

7 - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

7.1 Conforme planilha da vencedora e detalhamento do Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 Providenciar para que as execuções dos serviços sejam executadas fielmente conforme termo de Referência.

8.2 Executar, dentro da melhor técnica, os serviços contratados, obedecendo rigorosamente às especificações e instruções da fiscalização da Autarquia.

8.3 Executar, imediatamente, os reparos que se fizerem necessários nos serviços/fornecimento sob sua responsabilidade, apontados ou não pela Fiscalização da Autarquia.

8.4 Permitir e facilitar à Fiscalização do Contratante, a inspeção no horário normal de trabalho, prestando todas as informações solicitadas por ela;

8.5 Informar à Fiscalização do Contratante a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a conclusão da obra ou serviço dentro do prazo previsto no cronograma, sugerindo as medidas para corrigir a situação;

- 8.6 Responsabilizar-se única e exclusivamente pela qualidade, resistência e estabilidade dos serviços que executar respondendo, inclusive, pela exatidão dos estudos, cálculos e projetos que a informam, sejam eles elaborados ou não;
- 8.7 Estabelecer normas de segurança e tomar as providências que visem a total segurança dos operários e de terceiros no perímetro do serviço/obra;
- 8.8 Responsabilizar-se pelo pagamento de encargos fiscais, tributários, previdenciários e trabalhistas, resultantes da contratação dos serviços;
- 8.14 Retirar ou substituir qualquer funcionário que não esteja atendendo a contento à Fiscalização da Autarquia, se for o caso;
- 8.15 Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação tais como regularidade fiscal e trabalhista e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à Autarquia, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

9 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- 9.1 Notificar à Contratada, através do setor responsável ou departamento jurídico, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas no cumprimento deste instrumento;
- 9.2 Efetuar os pagamentos devidos à Contratada nas condições estabelecidas, mediante apresentação de faturas, atestados pelo setor técnico da Autarquia e apresentação de notas fiscais liquidadas pelo Setor competente;
- 9.3 Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE de Carmésia, é o gestor do contrato, mediante assessoramento técnico do município, que se responsabilizará pelo acompanhamento e fiscalização da execução deste contrato, da Lei Federal;
- 9.4 Expedir atestado de capacidade técnica, que servirá de instrumento de avaliação do cumprimento das obrigações contratuais e dos pagamentos devidos;
- 9.5 Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao cumprimento deste contrato que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada.

10 CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

- 10.1 - A contratante fiscalizará a qualidade dos serviços prestados pela contratada. O exercício da Fiscalização não desobriga a contratada de sua total responsabilidade quanto aos serviços prestados.
- 10.2 – Será responsável pela fiscalização deste Contrato o Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE de Carmésia juntamente com os responsáveis pelo acompanhamento dos contratos administrativos do Município.

10.3 - O Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE de Carmésia atuará como gestor e fiscalizador da execução do objeto contratual.

10.4 - O Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE de Carmésia expedirá atestado de inspeção dos serviços prestados, que servirá como instrumento de avaliação do cumprimento das obrigações contratuais e constituirá documento indispensável para a liberação dos pagamentos.

10.5 - A CONTRATADA é obrigada a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização deste Contrato pelo Município, bem como permitir o acesso a informações consideradas necessárias pela Autarquia.

10.6 - O Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE de Carmésia não se responsabilizará por contatos realizados com setores ou pessoas não autorizados, salvo nas hipóteses previstas, expressamente, neste Contrato.

10.7 - O acompanhamento e a fiscalização de que trata esta cláusula não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1 - O descumprimento, total ou parcial, das obrigações assumidas, caracterizará inadimplência, sujeitando a CONTRATADA às sanções enumeradas nos Art. 155, 156 da Lei 14.133/21 e às multas previstas neste instrumento.

11.2 - Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato, pela recusa em assiná-lo no prazo máximo de 03 (três) dias após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133/21

11.3 - Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado do contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 02 (dois) dias úteis, na entrega total do objeto deste, caracterizando a inexecução parcial;

11.4 - Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato pela inadimplência além do prazo de 02 (dois) dias úteis, caracterizando a inexecução parcial do mesmo.

11.5 - No caso de negligência, a multa será, no máximo, de 3% (três por cento) sobre o valor do contrato.

11.6 - No caso do contrato se conduzir dolosamente durante o fornecimento, a multa será de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato.

11.7 – No caso de abandono dos serviços, além de outras combinações legais, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

11.8 – As multas serão automaticamente descontáveis de quaisquer créditos, devendo ser aplicadas por representação da administração e aprovação do Prefeito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

12.1 - À Contratada é vedada a transferência no todo ou em parte deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA NULIDADE DO CONTRATO

13.1 - A inexecução, total ou parcial, do contrato ensejará sua nulidade nos termos do artigo 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei da Lei 14.1333.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PUBLICAÇÃO

14.1 - A eficácia do presente instrumento está vinculada à publicação do extrato na Imprensa Oficial do Município de Carmésia, sendo esta de responsabilidade do contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE TRABALHISTA

15.1 - Compete exclusivamente à CONTRATADA, na consecução do objeto deste Contrato, observar as normas que integram o regime jurídico da relação trabalhista celetista, em especial a Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, legislação complementar, normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e dispositivos contidos nas Convenções Coletivas de Trabalho das categorias envolvidas na execução dos serviços.

15.2 - A CONTRATADA obriga-se a responder por todas e quaisquer ações judiciais, reivindicações ou reclamações de seus empregados, sendo, em quaisquer circunstâncias, considerada como exclusiva empregadora e única responsável por qualquer ônus que o Município venha a arcar, em qualquer época, decorrente de tais ações, reivindicações ou reclamações.

15.3 - Fica a CONTRATADA obrigada a comunicar ao Município, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da notificação/citação, qualquer reclamação trabalhista ajuizada por seus empregados e relacionada a serviços prestados no Município.

15.4 - Vindo o Município a responder por qualquer ação ou reclamação proposta por empregados da CONTRATADA, pessoas a seu serviço ou qualquer terceiro, estará expressamente autorizado a, mediante simples comunicação escrita, reter e utilizar os créditos de titularidade da CONTRATADA, até o montante necessário para o ressarcimento integral da obrigação exigida, incluindo custas, despesas processuais e honorários advocatícios. Em face da insuficiência de créditos, o Município poderá acionar a CONTRATADA.

15.5 - A CONTRATADA, configurada sua inadimplência quanto a obrigações trabalhistas, previdenciárias e fundiárias, desde já, autoriza o Município a proceder o bloqueio de faturas, cujos créditos serão utilizados no pagamento das referidas obrigações, referentes aos trabalhadores que prestam/prestaram serviços no Município.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE POR DANOS

16.1 - A CONTRATADA responderá por todo e qualquer dano provocado ao Município, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pelo Município, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas no presente Contrato.

16.2 - Para os efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pelo Município, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pela CONTRATADA, de obrigações a ela atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, pagamentos ou ressarcimentos efetuados pelo Município a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

16.3 - Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas contratualmente como de responsabilidade da CONTRATADA for apresentada ou chegar ao conhecimento do Município, este comunicará a CONTRATADA por escrito para que tome as providências necessárias à sua solução, diretamente, quando possível, a qual ficará obrigada a entregar ao Município a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinalado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pela CONTRATADA não a eximem das responsabilidades assumidas perante o Município, nos termos desta cláusula.

16.4 - Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas do Município, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pela CONTRATADA, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento ao Município, mediante a adoção das seguintes providências: Dedução de créditos da contratada; Medida judicial apropriada, a critério do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DO FORO

17.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133/21 e alterações, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

17.2 - O contrato vincula-se as suas próprias cláusulas, ao Edital, às normas e princípios de Direito Público, as regras da Lei n.º 14.133/21 e alterações e subsidiariamente as normas de Direito Civil.

17.3 - O regime jurídico deste contrato administrativo é instituído pela Lei n.º 14.133/21.



Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE
CEP 35878-000 – Carmésia/MG

17.4 - Fica eleito o foro da Comarca de Ferros/MG, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente contrato, renunciando desde já a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

17.5- E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, depois de lido e conferido pelas testemunhas abaixo.

CARMÉSIA/MG, 01 de julho de 2024.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE DE CARMÉSIA/MG

Carlos Siqueira Reis
CONTRATANTE

CASA DOS DESCARTAVEIS CARMO LTDA
EDUARDO HARUO RIBEIRO KOBAYASHI
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____